

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL UM CONCEITO EM CONSTANTE MUTAÇÃO

SUSTAINABLE DEVELOPMENT A CONTINUOUSLY CHANGING CONCEPT

Jéssica Damian,¹ Joana Zanon,² Maurício Wamms da Luz,³ Priscila Vargas Mello⁴

RESUMO

O estudo analisa o desenvolvimento sustentável através de perspectiva histórico-social. O estudo é construído a partir de perspectiva interdisciplinar, discutindo a construção do conceito de desenvolvimento sustentável, a sustentabilidade como movimento, ações e propostas das dimensões da sustentabilidade. Trata-se de estudo qualitativo e bibliográfico. Por fim, considera que o desenvolvimento sustentável passa tanto pela construção coletiva, quanto pela aceitação dos reflexos que a regulação do meio ambiente traz consigo.

Palavras-chave: meio ambiente. Desenvolvimento Regional. Sustentabilidade.

ABSTRACT

The study aims to discuss sustainable development through a historical-social perspective. The study is built from an interdisciplinary perspective, discussing the construction of the concept of sustainable development, sustainability as a movement, actions and proposal, and the dimensions of sustainability. This is a qualitative and bibliographic study. Finally, the study considers that sustainable development involves both a collective construction and the acceptance of the reflexes that environmental regulation brings with it.

Keywords: Environment. Regional Development. Sustainability.

INTRODUÇÃO

Os debates em torno do conceito de desenvolvimento sustentável vêm sendo uma constante, tanto na área acadêmica, quanto em espaços políticos, em variados meios de comunicação. Por envolver diversos grupos, e esses terem cada um suas próprias particularidades, são perceptíveis constantes tensionamentos e negociações, cujo objetivo está na tentativa de aliar (acomodar), em um mesmo discurso (ou plataforma de projeto), diferentes aspectos do desenvolvimento sustentável: produção, consumo e meio ambiente.

O presente estudo, ao se propor discutir o desenvolvimento sustentável como conceito, movimento e dimensão, está estruturado em quatro seções, além desta introdução. O primeiro, apresenta o conceito de desenvolvimento sustentável; o segundo discute-o a partir de movimentos e ações políticas; o terceiro, aborda suas dimensões; e, por fim, as considerações finais sobre a problemática inicial.

Quanto aos aspectos metodológicos, trata-se de estudo de cunho predominantemente teórico, cujo objetivo esteve no levantamento dos principais marcos que constituíram a formação do

¹ Doutoranda do PPGDR UNISC, Bolsista CAPES. E-mail: jedamian@gmail.com

² Doutoranda do PPGDR UNISC, Bolsista CAPES. E-mail: joanazonon@gmail.com

³ Doutorando do PPGDR UNISC, Bolsista CAPES. E-mail: mauriciolluz@gmail.com

⁴ Doutoranda do PPGDR UNISC, Bolsista CAPES. E-mail: priscilavargasm@gmail.com

conceito *desenvolvimento sustentável*, bem como em reflexões críticas, a partir do levantamento de documentos e literatura sobre o tema. Ao longo do trabalho, documentos internacionais (de ordem normativa ou técnica) também foram lidos e analisados, contribuindo na delimitação do trabalho, razão pela qual também apostamos na abordagem qualitativa como trajeto de pesquisa.

1 BREVE DEFINIÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Para melhor compreensão do termo desenvolvimento sustentável, é importante que a historicidade seja analisada. Para tanto, propõe-se compreender sua origem, identificando os atores envolvidos e suas responsabilidades.

Mebratu (1998) pensa o desenvolvimento sustentável em três momentos, tendo como aspecto central o relatório *Nosso Futuro Comum* (Our Common Future), também denominado de Relatório Brundtland, documento construído no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1987. Segundo o autor, os momentos de análise dividem-se em três: (i) primeiro, antes da Conferência de Estocolmo, 1972; (ii) segundo, o período entre a mencionada Conferência e o relatório Brundtland; e (iii) terceiro, o posterior ao relatório *Nosso Futuro Comum*, com enfoque na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, também conhecida por Rio-92 ou Cúpula da Terra. A seguir, os três marcos são analisados.

O período anterior ao relatório de Estocolmo é marcado pelo olhar dirigido ao desenvolvimento, sem qualquer preocupação com aspectos de sustentabilidade. De início, a expressão desenvolvimento era usada de forma metafórica, cujo sentido envolvia o tempo necessário para que certo objetivo, trabalho, projeto ou organismo atingisse sua completude natural. Neste sentido, uma semente, por exemplo, atingiria o ápice do desenvolvimento ao germinar, resultando em flores ou frutos, completando seu crescimento conforme esperado desde o início. (ESTEVA, 2000).

Contudo, o sentido de desenvolvimento recebeu novos significados, alcançando, de certa forma, um sentido de transformação que não considerava apenas a transformação direcionada ao resultado ou forma considerada apropriada, mas sim no sentido de alcançar formas ainda mais perfeitas do que aquelas até então imaginadas. Nas palavras de Esteva (2000, p.62):

Foi entre 1759 (Wolff) e 1859 (Darwin) que o desenvolvimento evoluiu e de uma concepção de transformação que o considerava como um movimento na direção da forma apropriada para o ser passou a considerar essa transformação como um movimento na direção de uma forma sempre mais perfeita daquele mesmo ser. Nessa mesma época, cientistas começaram a usar evolução e desenvolvimento como sinônimos (ESTEVA,2000 p.62).

O desenvolvimento também passou a ser sinônimo de prosperidade econômica, que significava industrialização, em uma concepção que refletia a realidade daqueles que criaram o subdesenvolvimento, para taxar os “outros” e os separá-los do “eu”. No discurso de Truman,

em 1949, dois terços do planeta passam a ser estigmatizados como os “outros”, isto é, como aqueles que precisam se desenvolver, assumir uma nova perspectiva do que é crescimento e segui-la, para assim romper com o rótulo imposto e prontamente aceito (ESTEVA, 2000).

Não obstante, na busca por uma equiparação ao “eu” desenvolvido, a exploração da natureza atingiu níveis incompatíveis com a manutenção das gerações em um meio ambiente saudável. Até então, os recursos naturais não tinham sua (in)esgotabilidade amplamente questionada. Sobre o tema, Gonçalves pondera que

Somente à medida que a água e o ar se tornam escassos – com a poluição, por exemplo – é que a economia passa a se interessar em incorporá-los como bens no sentido econômico moderno, isto é, mercantil. Enquanto o ar e a água existem em estado puro e em abundância, ou seja, enquanto existem como riqueza, são considerados dádivas, fonte inesgotável. (GONÇALVES, 2004, p.57).

Como fruto das crescentes preocupações com o meio ambiente, e motivadas, principalmente, pela questão nuclear, tem-se o primeiro marco para o pensamento do desenvolvimento sustentável, dentro da temática de proteção ambiental para manutenção da vida (MCCORMICK, 1992), surge, assim, o termo “desenvolvimento sustentável”, em meados de 1950 (NASCIMENTO, 2012).

Outro trabalho de bastante repercussão, na temática, é o livro de James Lovelock, *Gaia, the living Earth* (Gaia, a Terra Viva) (LOVELOCK, 2010). O autor parte da premissa de que o Planeta Terra é um organismo vivo, autorregulável e autorreplicável, cujo objetivo está em manter-se sustentável. O foco desta nova teoria consiste em evidenciar as pequenas inter-relações bióticas e abióticas do Planeta, de forma a demonstrar que a própria vida luta para regular o ambiente de acordo com suas necessidades (LOVELOCK, 2010).

De acordo com Godard (2002), após os anos de 1970, passamos a reconhecer que os problemas ambientais relacionam-se com os outros aspectos da vida em sociedade, evidenciando-se a conexão entre desenvolvimento econômico e tecnológico e problemas ambientais, sendo necessário agir sobre tal questão a partir de uma ótica de reconhecimento e ação quanto ao modelo de desenvolvimento até então proposto. Dessa forma, as chamadas políticas de meio ambiente não poderiam ser tratadas “à margem dos processos de ação coletiva e de organização econômica” (GODARD, 2002, p. 201).

2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COMO MOVIMENTO

É a partir dos anos 1970 que o desenvolvimento sustentável adquire corpo, enquanto movimento social, ganhando força política a partir do engajamento popular em diversas áreas do globo. Exemplo disso é a criação do Greenpeace, em 1971, no Canadá, entidade que surge na forma de organização civil, sem fins lucrativos. A importância da constituição do Greenpeace está na sua representatividade, na sua contribuição com o surgimento de diversos movimentos em defesa do meio ambiente, que nasciam como forma de contracultura, de luta

contra o modelo de produção e de consumo predominantes (GREENPEACE, 2010; MCCORMICK, 1992).

Em seguida, no ano de 1972, o Clube de Roma lançou o relatório Limites do Crescimento (*Limits to Growth*), documento que influenciou para a atual compreensão de *desenvolvimento sustentável* (MEADOWS, 1972; NASCIMENTO, 2012). Este relatório foi um dos primeiros a alertar a sociedade global dos riscos de escassez dos recursos naturais, chamando atenção para o modo de produção dos países desenvolvidos e o crescimento populacional dos países não-desenvolvidos, bem como problematizando a necessidade de revisão e de racionalização do consumo, pensando-se a longo prazo e coletivamente. Assim, este documento também pode ser entendido como um prelúdio da discussão que Wackernagel e Rees (1997), quando constroem o indicador da Pegada Ecológica.

Os resultados da análise da Pegada Ecológica de cada indivíduo, e até mesmo dos territórios, corroboraram a tese apresentada, demonstrando de forma fundamentada e concisa que, se o consumo global correspondesse ao consumo dos países desenvolvidos, o planeta estaria ainda mais próximo do limite de renovação, sendo que, naquele momento, já se consumia mais do que o planeta era capaz de repor.

Ainda, no ano de 1972, a Organização das Nações Unidas promove a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento e o Meio Ambiente Humano, também conhecida como Conferência de Estocolmo, realizada entre os dias 5 e 16 de junho, na cidade de Estocolmo, na Suécia.

A Conferência se coloca como marco teórico e político da discussão social do desenvolvimento sustentável, pois foi o primeiro encontro sobre a temática, recebendo representantes de distintas nações dispostas a discutir os problemas de ordem ambiental. Durante o evento, destacaram-se, dentre outros aspectos, os impactos da poluição do ar, fenômeno que provocava especial atenção da comunidade científica. Entretanto, o debate não ficou limitado a este tema, também discutindo aspectos relacionados ao solo, à água (SÃO PAULO, 2022) e à necessidade de transformações nos modelos econômicos até então desenvolvidos (MEBRATU, 1998).

Assim como no capitalismo, percebeu-se o distanciamento entre os interesses das nações desenvolvidas e das não desenvolvidas – pontos de vistas diferentes, mas que se complementavam e seguiam as mesmas regras e jogos de poder, tal qual no sistema capitalista globalizado, em que estão inseridas e a que estão submetidas. De um lado, os países desenvolvidos buscavam, ao menos no discurso, o aumento do controle sobre o meio ambiente, enquanto os países não desenvolvidos pleiteavam controle mais brando. Tal posicionamento se justifica pela forma com que cada país adentra no comércio global: os países não desenvolvidos dependem principalmente da exploração de commodities, oriundos da agricultura, da pecuária e/ou da extração mineral, isto é, de setores que promovem grandes impactos ambientais (ALMEIDA, 2002).

Os resultados imediatos da Conferência ficaram abaixo do esperado, com destaque para o Brasil, que defendeu um controle brando, ou seja, defendendo o direito de poluir. A ausência de ações concretas para a proteção do meio ambiente global é analisada por Bursztyn e Bursztyn (2012), que concluem que este é um processo que demanda tempo e exige transformações sociais internas aos territórios. Transformações referentes à ética, à orientação científica e tecnológica e, principalmente, às normas que conduzem as relações socioeconômicas e culturais.

O relatório *Our Common Future* (Nosso Futuro Comum), apesar de não ser um evento político internacional, como a Conferência de Estocolmo (1972), pode ser considerado como a ação de maior representatividade após Estocolmo. A importância deste documento é tamanha, pois apresenta a definição mais aceita sobre o Desenvolvimento Sustentável (ROBINSON, 2004): “aquele que atende às necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas necessidades e aspirações” (BRUNDTLAND, 1987, p. 16). O relatório também recebe a alcunha de Relatório Brundtland, em virtude do envolvimento da Primeira-Ministra da Noruega Gro Harlem Brundtland junto à Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Entretanto, apesar de haver um intervalo de cinco anos, entre a realização da Conferência de Estocolmo e o lançamento do Relatório Brundtland, não ocorreu um silenciamento da discussão sobre sustentabilidade. Este período ficou marcado pelo debate sobre o impacto do controle e da regulamentação da impressão do homem sobre o meioambiente, ou seja, uma discussão da relação entre o desenvolvimento econômico, ou melhor, o crescimento econômico e sustentabilidade.

Parte da rejeição de uma regulação mundial da temática, fundamenta-se no argumento de que influenciaria na redução da pobreza dos países não desenvolvidos. Sendo assim, a sustentabilidade ecológica poderia ser superada apenas com o fim da pobreza mundial. Este pressuposto surge ultrapassado, ao considerarmos que a pobreza é natural ao sistema capitalista globalizado, ao qual todos os territórios estão subordinados (ROBINSON, 2004).

A virada da década de 1990 é marcada pela realização da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento no Brasil. Assim como no caso de Estocolmo, a escolha da cidade do Rio de Janeiro, como a sede do evento, fez com que passasse a ser conhecido como RIO-92.

Na RIO-92 foram redigidos e assinados documentos que se tornaram marcos da sustentabilidade, tais como as Convenções do Clima e da Biodiversidade, a Declaração de Princípios para Florestas, a Agenda 21 e a Declaração para Meio Ambiente e Desenvolvimento (BRASIL, 2009).

Assim como ocorrido na Conferência de Estocolmo, a RIO-92 também se caracteriza por não apresentar os resultados esperados – ou melhor, desejados –, apesar de não ser correto afirmar que não produziu nenhuma ação concreta ou afirmativa. Exemplo disso é a Agenda 21, composta por quatro grandes grupos propositivos e discutidos a partir de distintas escalas, desde o global até o local, dos países às cidades (CORDANI; MARCOVITCH; SALATI, 1997). Sobre a dificuldade da completude das ações propostas, Brasil (2009) defende que os:

mecanismos de fiscalização são lentos, é um trabalho que vai ganhando espaço porque a tomada de decisão dos países envolve diversas questões ao lado da ambiental. Mas a Eco-92 iniciou uma troca de informações e circulação de tecnologias a respeito do tema, o que definitivamente permite que o assunto ambiental seja discutido com maior possibilidade de êxito (BRASIL, 2009, p.1).

Entre 1992, primeira realização da Conferência no Brasil, e 2012, quando ocorreu pela segunda vez, uma série de outros encontros foram realizados ao redor do mundo. Seus resultados se assemelham aos da RIO-92 e da Conferência de Estocolmo, ao passo que:

Encontros futuros que voltariam a tratar do meio ambiente, como em Quioto, no Japão, em 1997, e Joanesburgo, África do Sul, em 2002, não trouxeram os resultados esperados. A bola da vez agora foi Copenhague, na Dinamarca, onde o planeta Terra novamente tentou fazer valer seu maior objetivo: respeito (BRASIL, 2009, p.1).

Em 2012, a cidade do Rio de Janeiro novamente foi palco da realização de outra Conferência, dessa vez denominada como Rio+20, muito por causa dos objetivos a que se propunha abordar. Assim como nas edições anteriores, a Conferência produziu uma diversidade de documentos que tinham como finalidade fundamentar a implementação das ações de busca pela sustentabilidade em todos os territórios, tanto dos desenvolvidos quanto dos não-desenvolvidos.

O documento *The Future We Want*, no qual os Chefes de Estados firmaram compromisso com o desenvolvimento sustentável e com a promoção de um futuro econômico socialmente e ambientalmente sustentável, ao mesmo tempo em que se entendia a pobreza como “maior desafio global que o mundo enfrenta hoje”, cuja superação é requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável (UNITED NATIONS, 2012). Nesse sentido, todas as nações envolvidas mostraram-se comprometidas em libertar a humanidade da pobreza e da fome com urgência.

Outra iniciativa da ONU, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), Quadro 1, podem ser considerados tanto como movimento, quanto uma agenda pública à nível global. Planejados para além do crescimento econômico, da produção e consumo, os 17 objetivos que o compõem veem o desenvolvimento de forma sistêmica (ONU, 2015).

Quadro 1: Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

ODS	Objetivo	Ações
1	Erradicação da pobreza	Erradicar a pobreza em todas as formas e em todos os lugares
2	Fome zero e agricultura sustentável	Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável
3	Saúde e bem-estar	Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades
4	Educação de qualidade	Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos

5	Igualdade de gênero	Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas
6	Água potável e saneamento	Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos
7	Energia limpa e acessível	Garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos
8	Trabalho decente e crescimento econômico	Promover o crescimento econômico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos
9	Indústria, inovação e infraestrutura	Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação
10	Redução das desigualdades	Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países
11	Cidades e comunidades sustentáveis	Tornar as cidades e comunidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis
12	Consumo e produção responsáveis	Garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis
13	Ação contra a mudança global do clima	Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos
14	Vida na água	Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável
15	Vida terrestre	Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e travar a perda da biodiversidade
16	Paz, justiça e instituições eficazes	Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis
17	Parcerias e meios de implementação	Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

Fonte: ONU (2022).

Com base nos Objetivos e em suas definições, percebe-se que os governantes se propõem a implementar uma série de ações pré-definidas. Contudo, ao mesmo tempo, a sociedade deve

estar disposta a “adotar”, “proteger”, “utilizar”, “conservar”, “consumir”, pensando tanto no meio ambiente, no planeta e da sociedade de hoje, quanto naquilo que será deixado para as futuras gerações. Pois, dentre as muitas das ações que estão sendo implementados atualmente, a sociedade perceberá efeitos em muitos anos, a exemplo de ações como a restauração da fauna e da flora original, a redução das desigualdades sociais, e dos reflexos de uma educação de qualidade.

Ora, pode-se definir os ODS como uma crítica aos valores da sociedade capitalista predominante; sendo, portanto, o ponto de partida para a construção de novos valores, de uma sociedade que esteja disposta a buscar e encarar os desafios do desenvolvimento sustentável. A saída dos EUA do Acordo de Paris ratifica a dificuldade da concretude dos ODS, em que os Objetivos vão (muito) de encontro aos interesses econômicos da sociedade, de governantes e do Capital.

3 AS DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Como meio de mensurar o desenvolvimento sustentável junto às empresas e percebê-lo sobre um viés além do econômico, bem como agrupar as diversas formas de definição do que ele é, Labuschagne e Brent (2005) o dividiram em três objetivos (econômico, ambiental e social). Esses objetivos foram transformados no modelo Triple Bottom Line, de autoria do economista inglês John Elkington (ELKINGTON, 2001). O modelo criado por Elkington consiste na medição do desenvolvimento através destas três vertentes, sendo necessário que as três sejam alcançadas de modo sustentável, para que o desenvolvimento seja assim considerado, podendo ocorrer interações entre elas.

A ecoeficiência é alcançada a partir da relação dos objetivos econômico e ambiental, cujo resultado é a diminuição dos custos ambientais ocasionados na produção; da interação entre os objetivos econômico e social, alcança-se a ética empresarial, que pode ser vista na forma pela qual a empresa se relaciona com os atores, bem como no investimento que realiza na região inserida; e, por fim, a interação entre o ambiental e o social resulta na justiça ambiental, que preceitua que a sociedade suporte de forma igualitária a degradação causada pelo desenvolvimento econômico (LOURENÇO e CARVALHO, 2013).

Já para Sachs (2002), a medida do quão sustentável se é passa por cinco dimensões: econômica, ecológica, social, geográfica e cultural. As três primeiras (econômica, ecológica e social) equiparam-se às análises de Elkington, havendo diferenciação quanto à geográfica e aos aspectos culturais. A geográfica diz respeito à distribuição geográfica das populações e empresas, que, como se apresenta atualmente, demonstra evidente desequilíbrio. A cultural, por sua vez, compreende a sustentabilidade do desenvolvimento relacionada ao crescimento nos moldes de cada cultura, sem interferência, buscando o desenvolvimento heterogêneo, com respeito às diferenças de cada local. Assim como Elkington e Sachs, Chaves (2004) entende que o desenvolvimento sustentável está ligado a aspectos econômicos, sociais, ecológicos, mas também culturais, políticos e tecnológicos.

O que pode ser observado é que diversas são as bases para medição do que pode ser conceituado como desenvolvimento sustentável, mas todas buscam o equilíbrio, enquanto distribuição

equânime de riquezas, compreendendo a necessidade de um contínuo crescimento, no entanto, dentro dos limites para manutenção do meio ambiente, do qual todos são dependentes.

CONCLUSÃO

A ideia de desenvolvimento sustentável surge da necessidade de algo que possibilite a continuidade do crescimento econômico, mas que também tenha a capacidade de fazê-lo dentro de padrões de produção e de consumo, garantindo a proteção do meio ambiente, ou seja, algo possibilite desenvolvimento, mas com olhares atentos também às futuras gerações.

Em razão da recente construção do conceito, e da dinâmica que envolve todos os que estão a ele relacionados, não podemos afirmar pela existência de uma definição conclusiva, fixa e imutável, mas sim pela constante exigência de evolução e adaptação do termo, cuja abrangência diminui seus limites, fazendo do desenvolvimento o espaço para pensarmos a partir de diferentes cenários e realidades.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, F. O bom negócio da sustentabilidade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

BRASIL. IPEA. **História - Rio-92**. 2009. Disponível em:

https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2303:catid=28&Itemid
Acesso em: 10 jul. 2022.

BRUNDTLAND, G. H. Our Common Future: Report of the World Commission on Environment and Development United Nations Commission, Oslo, p. 1-59, 1987. Available from: <http://www.un-documents.net/wced-ocf.htm>. Cited: 24 Apr. 2017.

BURSZTYN, M.; BURSZTYN, M. A. **Fundamentos de política e gestão ambiental: os caminhos do desenvolvimento sustentável**. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. 612 p. ISBN 978-85-7617-290-1.

CHAVES, Maria do P. Socorro R. Desenvolvimento sustentável. Manaus: UFAM, junho de 2004. Aula expositiva no Doutorado em Biotecnologia.

CORDANI, U. G.; MARCOVITCH, J.; SALATI, E. Avaliação das ações brasileiras após a Rio-92. Estudos Avançados, v. 11, n. 29, p. 399-408, abr. 1997. as, 2010.

ESTEVA, G. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang. **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis: Vozes, 2000.

GODARD, O. A gestão integrada dos recursos naturais e do meio ambiente: conceitos, instituições e desafios de legitimação. In: VIEIRA, Paulo Freire; WEBER, Jacques (Orgs.). **Gestão de Recursos Naturais Renováveis e Desenvolvimento – novos desafios para a pesquisa ambiental**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

GONÇALVES, C. P., Sader, E. (org). **O desafio ambiental**. (Os porquês a desordem mundial), Rio de Janeiro, Record, 2004.

GREENPEACE. O surgimento do Greenpeace. Brasil. 2010. Disponível em:

<http://www.greenpeace.org/brasil/pt/quemsomos/Greenpeace-no-mundo/>. Acesso em: 02 jun. 2022.

IGNACY, Sachs. Desenvolvimento sustentável, bioindustrialização descentralizada e novas configurações rural-urbanas: os casos da Índia e do Brasil. In: VIEIRA, Paulo Freire; WEBER, Jacques (Orgs.). **Gestão de Recursos Naturais Renováveis e Desenvolvimento – novos desafios para a pesquisa ambiental**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LABUSCHAGNE C.; BRENT, Projeto AC sustentável gerenciamento do ciclo de vida: a necessidade de integrar os ciclos de vida em o setor manufatureiro. *Jornal Intrnacional do Projeto Gestão*, v. 23, n.2, pag. 159-168, 2005.

LOURENÇO, M.L., CARVALHO, D. Sustentabilidade social e desenvolvimento sustentável. *RACE, Unoesc*, v.12, n.1., p. 9-38, jan/jun2013.

LOVELOCK, J. *Gaia: alerta final*. Rio de Janeiro: Ed. Intrínseca, 2010.

MCCORMICK, J. *Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1992.

MEADOWS, D. H. *The Limits to Growth*, 1972. Available from: <http://doi.wiley.com/10.1111/j.1752-1688.1972.tb05230.x>. Cited: 14 Mar. 2017.

MEBRATU, D. Sustainability and sustainable development: historical and conceptual review. *Environmental Impact Assessment Review*, v. 18, n. 6, p. 493-520, 1998.

Nações Unidas Brasil. **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**. 2022. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 11 jul. 2022.

NASCIMENTO, E. P. do. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. *Estudos Avançados*, v. 26, n. 74, p. 51-64, 2012.

ONU. *Declaração sobre meio ambiente e desenvolvimento*. 1992.

ONU. *Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável*. 2015. Disponível em: www.und.org/content/dam/brazil/docs/agenda2030/undp-br-Agenda2030-completo-pt-br-2016.pdf. Acesso em: 19 ago. 2017. WCED. *Our Common Future*. World Commission on Environment and Development. Oxford: Oxford University Press, 1987.

ROBINSON, J. Squaring the circle? Some thoughts on the idea of sustainable development. *Ecological Economics*, v. 48, n. 4, p. 369-384, 2004.

SÃO PAULO. PROGRAMA ESTADUAL DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Conferência de Estocolmo**. 2022. Disponível em: <https://cetesb.sp.gov.br/proclima/conferencias-internacionais-sobre-o-meio-ambiente/estocolmo/>. Acesso em: 9 jul. 2022.

UN. *Report of the United Nations Conference on the Human Environment*, p. 80, June 1972. UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. *The future we want*, 2012. Available from: www.rio20.gov.br/documentos/documentos-da-conferencia/o-futuro-que-queremos/at_download/the-future-we-want.pdf. Cited: 14 Apr. 2012.

UNITED NATIONS. **Our Common Future**, 1987.

UNITED NATIONS. **The Future We Want**. 2012. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/futurewewant.html>. Acesso em: 10 jul. 2022.

WACKERNAGEL, M.; REES, W. E. *Perceptual and structural barriers to investing in natural capital: economics from an ecological footprint perspective. **Ecological Economics***, v. 20, p. 3-24, 1997.